

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015



**Ministério da Previdência Social**  
**Exercício 2014**  
Ano Base 2013



# **PLANO PLURIANUAL 2012-2015**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO SETORIAL**

**Ministério da Previdência Social**

**Exercício 2014**

**Ano Base 2013**

**Brasília - 2014**

## Apresentação

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2012-2015 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 15º da Lei nº 12.593/2012, de 18 de janeiro de 2012 e o Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2012-2015. A gestão do PPA consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a implementação das políticas públicas traduzidas nos programas Temáticos, assim coube aos órgãos do Governo Federal elaborar a avaliação sobre os indicadores, objetivos, metas e iniciativas dos programas Temáticos.

A avaliação versa sobre os resultados provenientes da implementação do programa temático e inclui demonstrativos físicos referentes às metas desenvolvidas, no âmbito do próprio órgão responsável. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados do programa. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

## PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

### Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Equilíbrio Atuarial do(s) Plano(s) de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social da União em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-26,72	31/12/2013	-26,25
Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados e Distrito Federal em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-33,16	31/12/2013	-48,82
Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-7,44	31/12/2013	-9,19
Índice de Cobertura da Previdência Complementar	%	31/12/2012	43,46	30/01/2014	48,84
Índice de Resolutividade (IRES)	%	31/01/2011	52,26	31/12/2013	56,44
Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	1,21	30/09/2013	1,12
Necessidade de financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,17	31/01/2014	1
Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	16,35	30/09/2013	14,36
Taxa de ativos totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,4	31/12/2013	3,59
Taxa de cobertura previdenciária	%	31/12/2009	67	30/09/2012	71,4
Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	3,23	30/01/2014	3,52
Taxa do Resultado Operacional do Regime Próprio de Previdência da União (servidores civis), em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-0,84	31/12/2013	-0,84
Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-0,59	31/12/2013	-1,01
Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Municípios, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	0,31	31/12/2013	0,15
Tempo Médio de Concessão (TMC)	dia	31/01/2011	26	10/01/2014	27

Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada (TMEA-PM)	dia	31/01/2011	19	10/01/2014	29
Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	dia	31/01/2011	19	10/01/2014	20

**OBJETIVO:** 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

**Órgão Responsável:** Ministério da Previdência Social

#### **Análise Situacional do Objetivo**

O Ministério da Previdência Social, em relação ao Regime Geral, vem realizando diversas ações visando à ampliação da cobertura previdenciária, em especial, o plano simplificado, o microempreendedor individual e o segurado facultativo de baixa renda. A medida mais recente foi a Lei 2.470/2011, que reduziu a alíquota do Micro Empreendedor Individual - MEI de 11% para 5% do salário-mínimo e instituiu a mesma alíquota para os segurados facultativos de baixa renda que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência. O bom desempenho recente do mercado de trabalho também tem favorecido a ampliação da cobertura previdenciária. O Ministério da Previdência Social, também, tem buscado ampliar a cobertura por meio do apoio ao projeto de redução da informalidade por meio do diálogo social, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE.

Com relação à Previdência Complementar, os órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas e pela supervisão do Sistema Fechado de Previdência Complementar – SFPC têm trabalhado de forma a atender a diretriz governamental de promoção de ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária, com objetivo de garantir a proteção social ao trabalhador no futuro. Assim, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC desenvolveu, no exercício de 2013, ações que contribuem com a Educação Previdenciária, das quais destacam-se: i) certificação de planos de educação previdenciária para Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC; ii) Realização de eventos de Educação Previdenciária, como seminários e reuniões, voltados para as EFPC e; iii) Participação em fóruns e eventos nacionais e internacionais para debater a evolução da Educação Previdenciária, no Brasil e no mundo.

No período entre 2012 e 2013, o número de participantes de planos de benefícios com projetos certificados de educação previdenciária passou de 99.342 para 107.702, representando um incremento de 8%, que contribui para a execução da promoção de ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário.

---

#### **Metas 2012-2015**

---

- **Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%**

##### **Análise Situacional da Meta**

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2012, a cobertura previdenciária das mulheres ocupadas no Brasil, na faixa etária de 16 a 59 anos, estava em 70,6%, representando um aumento de 1 ponto percentual em relação a 2011 (69,6%). O bom desempenho do mercado de trabalho nos últimos anos, associado a políticas de inclusão previdenciária como o MEI e a modalidade de segurados facultativos de baixa renda, sendo essa última composta de forma majoritária por mulheres, contribuíram para esse acréscimo. Houve, também, diminuição da desigualdade de gênero em relação à proteção previdenciária, fruto da melhoria da inserção feminina no mercado de trabalho - a diferença de cobertura previdenciária entre homens e mulheres, que era de 4,3 pontos percentuais, em 2009, foi reduzida para 1,3 pontos percentuais, em 2012.

**Quantidade alcançada**

70,6

**Data de Referência**

30/09/2012

**• Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%****Análise Situacional da Meta**

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2012, havia 61,8 milhões de trabalhadores ocupados na faixa de 16 a 59 anos com cobertura previdenciária, o que significava uma cobertura previdenciária de 71,4%. Ou seja, em cada 10 (dez) trabalhadores, 7 (sete) estavam protegidos. A cobertura previdenciária vem expandindo-se continuamente, principalmente, a partir de 2004, quando ela estava em 62,5%. O que representa, no período de 2004 a 2012, um acréscimo de quase 9 (nove) pontos percentuais. Isso se deve ao aquecimento do mercado de trabalho, bem como, medidas implementadas pela Previdência Social no período, entre elas, a instituição do Plano Simplificado de Previdência Social (2006), que reduziu de 20% para 11% a alíquota de contribuição para contribuintes individuais; a Lei do Microempreendedor Individual (2009), que oferece condições especiais para que os trabalhadores informais que trabalham por conta própria possam legalizar-se; e mais recentemente, a Lei nº 12.470/2011, que reduziu a alíquota do Micro Empreendedor Individual - MEI de 11% para 5% do salário-mínimo e instituiu a mesma alíquota para os segurados facultativos de baixa renda que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência.

**Quantidade alcançada**

71,4

**Data de Referência**

30/09/2012

**• Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar****Análise Situacional da Meta**

Os órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas e pela supervisão do Sistema Fechado de Previdência Complementar - SFPC têm trabalhado de forma a atender a diretriz governamental de ampliação da cobertura previdenciária, com objetivo de garantir a proteção social ao trabalhador no futuro. No primeiro semestre de 2013, por meio do funcionamento da Fundação de Previdência do Servidor Público Federal - Funpresp, houve a entrada de novos participantes no SFPC.

No período entre 2010 e o primeiro semestre de 2013, houve um acréscimo de 8,2% no número total de participantes das EFPC, que passou de 2,905 para 3,145 milhões. A população total (a soma de trabalhadores participantes, beneficiários e designados), que melhor representa a parcela efetivamente atendida pela Previdência Complementar,

**• Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados****Análise Situacional da Meta**

No mês de dezembro de 2013, o número de trabalhadores inscritos como Microempreendedores Individual - MEI era 3.659.781, superando a meta estabelecida. Isso se deve à ampla divulgação da modalidade pelos variados meios de comunicação e às parcerias entre governos federal, estadual e municipal, bem como com atores chave, como o SEBRAE, que possibilitaram a inclusão no sistema de previdência de milhões de trabalhadores antes desprotegidos. Em relação à questão de gênero, a proporção de mulheres inscritas no MEI, que era de 44,6%, em 2009, aumentou para 47%, em 2013. Quanto à distribuição geográfica, a proporção mais expressiva de MEI está na Região Sudeste, somando, em 2013, 50,0%; seguida das Regiões Nordeste, 20,3%; Sul, 14,5%; Centro- Oeste, 9,1%; e Norte, 6,0%.

**Quantidade alcançada**

3.659.781

**Data de Referência**

31/01/2014

**OBJETIVO:** 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

**Órgão Responsável:** Ministério da Previdência Social

**Análise Situacional do Objetivo**

O público da Previdência Social busca a resolução das suas demandas de forma célere, com agências que tenham estrutura para o atendimento de excelência e servidores devidamente qualificados para prestarem esse serviço. Com foco na melhoria da qualidade dos serviços previdenciários, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS reformou e ou construiu mais 73 unidades que sinalizavam necessidades de adaptações emergenciais, para melhor servir a população. Em relação ao Plano de Expansão - PEX, que foi lançado em 2009, com objetivo de construir 720 novas Agências da Previdência Social – APS em municípios com mais de 20 mil habitantes, em 2013 foram inauguradas 75 APS, totalizando 309 novas Agências desde o início do projeto. Observa-se um aumento gradual das obras para substituição de prédios locados ou cedidos ao INSS por prédios próprios como importante ação na redução dos gastos públicos e melhoria no atendimento da previdência.

Quanto ao reconhecimento de direito, o INSS está em fase de transição dos sistemas corporativos que afetam restritivamente o desempenho das unidades, uma vez que a transição gera alguns contratempos nos sistemas, tais como lentidão, instabilidades. Essas ocorrências vêm impactando nos resultados de alguns indicadores. Mesmo assim, o INSS vem empreendendo esforços de gestão para melhorar alguns indicadores: o Índice de Resolutividade – IRES, em janeiro de 2013, estava em 55,13% e em dezembro de 2013, estava em 56,44%; o Tempo Médio de Concessão – TMC em janeiro de 2013, estava em 34 dias e em dezembro de 2013, estava em 27 dias; o Tempo Médio de Espera para o Atendimento Agendado da Perícia Médica - TMEA-PM, em janeiro de 2013, estava em 31 dias e em dezembro de 2013, estava em 29 dias. Em 2013, o total de benefícios concedidos foi de 5,25 milhões. Sendo que, desses benefícios, 1.598 pensões e salário maternidade foram concedidos para homo afetivos.

---

**Metas 2012-2015**

---

**• Adequar 80% da rede de atendimento**

**Análise Situacional da Meta**

No exercício de 2013, aproximadamente 64% da rede de atendimento foi considerada adequada. Com um intuito de melhorar a compreensão dessa meta, o INSS promoveu alguns ajustes internos necessários, como: (i) definir melhor o termo “adequadas fisicamente”; (ii) substituir o nome “atendimento” por “funcionamento” e; (iii) ajustar a meta propriamente dita. No primeiro item, foi proposto que a condição de - adequadas fisicamente - fosse atribuída aos prédios próprios reformados ou construídos e prédios locados cujos sistemas construtivos estivessem funcionando normalmente. Quanto ao segundo item, a proposta de substituição do nome “atendimento” por “funcionamento” visa ampliar a abrangência da meta para todos os prédios operacionais do INSS, e não apenas àqueles utilizados pelas agências de atendimento. Quanto ao terceiro item, foi proposto que a meta seja ajustada para 74%, em 2014, e 84%, em 2015, em virtude das seguintes motivos: ao incorporar à meta os imóveis utilizados pelas unidades administrativas do INSS, conforme proposta definida no segundo item, haverá um aumento das unidades a serem adequadas, uma vez que normalmente os prédios das unidades administrativas necessitam de uma maior adequação; devido também pelo Acórdão nº 2.170/2012 do Tribunal de Contas da União – TCU, que apontou carências nas condições de acesso de pessoas com deficiência a prédios e serviços públicos federais. Nesse contexto, o INSS promoveu uma ampla pesquisa

sobre as condições de acessibilidade tanto prédios que realizam atendimento quanto dos prédios administrativos. Como resultado da pesquisa, observa-se o aumento das demandas por reformas e adaptações das unidades do INSS, sobretudo aquelas decorrentes da falta acessibilidade e avançada vida útil dos prédios.

**Quantidade alcançada**

64

**Data de Referência**

31/12/2013

• **Implantar 604 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão**

**Análise Situacional da Meta**

Em 2013, o INSS consolidou sua presença em mais 77 municípios, totalizando 1.274 municípios com Agências da Previdência Social. Tal avanço deve-se ao Projeto de Expansão da Rede de Atendimento - PEX, que tem por objetivo a instalação de Unidades em municípios com mais de 20 mil habitantes. Até dezembro de 2013, foram inauguradas 309 unidades no âmbito do PEX desde o início do projeto, sendo 118, em 2012, e 75, em 2013.

**Quantidade alcançada**

193

**Data de Referência**

08/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	299	unidade	113	08/01/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	119	unidade	31	08/01/2014
Superintendência Sudeste I	71	unidade	15	08/01/2014
Superintendência Sudeste II	52	unidade	21	08/01/2014
Superintendência Sul	63	unidade	13	08/01/2014

• **Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias**

**Análise Situacional da Meta**

Em dezembro de 2013, o Tempo Médio de Concessão – TMC estava em 27 dias, o que demonstrou uma melhora em relação a janeiro de 2013, que registrou 34 dias. Com mudanças introduzidas nos sistemas informatizados e a regulamentação de alterações normativas recentes, a perspectiva é de queda mais forte do tempo médio de concessão.

**Quantidade alcançada**

27

**Data de Referência**

10/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	13	unidade	27	10/01/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	15	unidade	28	10/01/2014
Superintendência Sudeste I	16	unidade	28	10/01/2014
Superintendência Sudeste II	14	unidade	26	10/01/2014
Superintendência Sul	18	unidade	27	10/01/2014

• **Reduzir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 15 dias**

**Análise Situacional da Meta**

Em 2013, houve redução do Tempo Médio de Espera para o Atendimento Agendado da Perícia Médica - TMEA- PM, que passou de 31 dias, em janeiro, para 29 dias, em dezembro, a melhor média tendo sido alcançada em setembro, quando o índice alcançou 18 dias.

A perspectiva é de intensificação dessa redução, em decorrência de ações como concurso de remoção interna e homologação de mais 300 vagas do concurso de 2011; monitoramento semanal contínuo do TMEA-PM e



estabelecimento de força tarefa em locais onde o TMEA-PM está acima de 30 dias; manutenção do atendimento com deslocamento de servidores para atender em localidades onde não havia perito lotado; e remoções ex-ofício para Gerência-Executiva com pior TMEA-PM.

#### Quantidade alcançada

29

#### Data de Referência

10/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	7	unidade	38	10/01/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	10	unidade	33	10/01/2014
Superintendência Sudeste I	10	unidade	25	10/01/2014
Superintendência Sudeste II	8	unidade	24	10/01/2014
Superintendência Sul	14	unidade	30	10/01/2014

#### • Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias

##### Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2013, o Tempo Médio de Espera para o Atendimento Agendado - TMEA ficou em 20 dias, o mesmo resultado alcançado em dezembro de 2012. Em 2013, foram efetuadas várias ações visando à melhora das condições de atendimento dos serviços agendáveis. O processo de implantações das inovações, em especial dos sistemas informatizados, demandou um período inicial de adaptação, mas a perspectiva é de redução do tempo de atendimento com a consolidação das ações adotadas.

#### Quantidade alcançada

20

#### Data de Referência

10/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	19	unidade	17	10/01/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	18	unidade	23	10/01/2014
Superintendência Sudeste I	8	unidade	26	10/01/2014
Superintendência Sudeste II	14	unidade	19	10/01/2014
Superintendência Sul	20	unidade	20	10/01/2014

#### • Ter 65% dos benefícios decididos na mesma data de entrada

##### Análise Situacional da Meta

O ano de 2013 terminou com Índice de Resolutividade - IRES de 56,44%, frente a 55,13%, em janeiro de 2013. O que contribuiu para o avanço do índice foi a melhoria na qualidade dos dados cadastrais do segurado o que possibilitou a resolução do benefício no mesmo dia do atendimento. Entre os arranjos de gestão que colaboraram para o alcance da meta, destacam-se: (i) divulgação aos segurados de que eles poderão conhecer a sua vida laboral pela internet, por meio de senha específica, e verificar a existência, ou não, de pendências antecipadamente; (ii) oferta de vagas de serviços para que o segurado requeira o acerto das pendências, ou seja, abertura da agenda com oferta de vagas para acerto de dados cadastrais, vínculos e remunerações, desvinculado do requerimento do benefício; (iii) maior difusão do extrato previdenciário nos bancos participantes (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal); (iv) aperfeiçoamento de sistemas utilizados nas atividades de cadastro que propiciaram maior agilidade e resolutividade.

#### Quantidade alcançada

56,44

#### Data de Referência

31/12/2013

**OBJETIVO:** 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

**Órgão Responsável:** Ministério da Previdência Social

### **Análise Situacional do Objetivo**

No âmbito da Previdência Social do Servidor Público, destaca-se a importância dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS para o desenvolvimento econômico e social do País. Atualmente, os RPPS instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelas capitais e, por aproximadamente, um terço dos demais Municípios, sobretudo os de maior porte, dão cobertura a cerca de 10 milhões de beneficiários, entre servidores, aposentados e pensionistas.

Encontram-se em curso vários projetos com o objetivo de promover a sustentabilidade dos RPPS. Dentre estes, destaca-se o Projeto “Fortalecer os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS com perspectiva de equilíbrio e sustentabilidade”, que possui como escopos: ampliar a estrutura de orientação, supervisão, acompanhamento e auditoria dos RPPS; fomentar o desenvolvimento de política pública voltada à concretização do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS; aperfeiçoar e fortalecer a legislação dos RPPS; incentivar a modernização da gestão dos RPPS; e apoiar e participar da reestruturação do RPPS dos servidores da União. Para o desenvolvimento de política pública orientada por este projeto, citam-se os trabalhos de diagnóstico da atual situação dos RPPS dos Estados e capitais e a busca de alternativas para financiamento do sistema, equacionamento de déficits e de novas alternativas para investimento, do qual os acordos de cooperação técnica com os Estados são um expoente.

No tocante ao alinhamento das atividades relativas à supervisão baseada em riscos, destacam-se: a implementação de novos processos de trabalho nas auditorias diretas, com o desenvolvimento interno de sistema de auditoria vinculado ao planejamento e verificação prévia e a modernização do CADPREV, que visa aprimorar os controles e a realização das auditorias indiretas, com desenvolvimento de módulo de parcelamentos e do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasse - DIPR, já conclusos e do novo demonstrativo atuarial em curso, que possibilitará o acompanhamento mais efetivo dos cálculos atuariais.

A intensificação da fiscalização dos RPPS está sendo promovida também por meio de acordos de cooperação técnica celebrados com os Tribunais de Contas dos Estados. O projeto de criação e unificação do cadastro dos servidores públicos, o SIPREV, disponibiliza importante ferramenta aos entes federativos para a gestão do passivo dos seus regimes, aprimorando a concessão de benefícios e permitindo, com os cruzamentos de dados, a redução dos riscos de pagamentos indevidos e com a melhoria da base cadastral dos participantes o melhor dimensionamento dos compromissos atuariais dos planos. O Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social - PROPREV II também é uma iniciativa das mais relevantes a serem citadas, pois apoia tanto a modernização da gestão dos RPPS quanto a supervisão.

Destaca-se a regulamentação e implantação da previdência complementar do servidor público no governo federal. Se em 2012 foi aprovada a instituição da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe), o exercício de 2013 registrou sua plena constituição (aprovados o Estatuto, os regulamentos dos planos de benefícios e a política de investimentos) e a busca por adesões.

---

### **Metas 2012-2015**

---

- **Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 5% do PIB**

#### **Análise Situacional da Meta**

Várias ações têm sido desenvolvidas dentro do escopo do Projeto Sustentabilidade. Dentre estas, destaca-se a

celebração de acordos de cooperação técnica entre o Ministério da Previdência Social, bancos estatais e os entes federados, com o objetivo de planejar e avaliar a criação de fundos de investimento de interesse dos RPPS, sendo um marco desta iniciativa os acordos firmados com os Estados do Mato Grosso e do Acre, e a contratação de estudos e diagnósticos da atual situação dos RPPS e o desenvolvimento de ferramenta e metodologias de acompanhamento das carteiras de investimento.

Registrem-se também os acordos de cooperação técnica com os Tribunais de Contas Estaduais, com reflexo na fiscalização e controle do patrimônio dos RPPS. Intensificaram-se as auditorias indiretas de investimentos, por meio do acompanhamento da evolução dos saldos das aplicações dos RPPS e do cumprimento da Política Anual de Investimentos. Quanto às auditorias diretas, foram concluídas 476 em 2013, que culminaram em diversas Representações Administrativas encaminhadas aos demais órgãos de fiscalização e controle.

**Quantidade alcançada**

3,59

**Data de Referência**

31/12/2013

• **Aumentar o superávit financeiro dos RPPS dos Municípios para 0,40% do PIB**

**Análise Situacional da Meta**

As atividades de acompanhamento do repasse das contribuições definidas nos planos de custeio dos RPPS, tanto das alíquotas correspondentes aos custos normais, quanto daquelas instituídas em planos de amortização dos déficits (alíquotas suplementares ou aportes) são essenciais para garantir o equilíbrio financeiro do regime. No exercício de 2013, a evolução do superávit financeiro foi prejudicada pela volatilidade dos preços dos ativos financeiros e pelo pagamento de dívidas.

**Quantidade alcançada**

0,15

**Data de Referência**

31/12/2013

• **Fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos municípios**

**Análise Situacional da Meta**

Ao final de 2013, o número de RPPS era de 2.020, incremento da ordem de 1,5% em relação a 2012, quando era de 1.990 RPPS. Observa-se que esse número é possivelmente maior, uma vez que nem todos os municípios que criam RPPS enviam a legislação de criação ao governo federal, como previsto.

**Quantidade alcançada**

2.020

**Data de Referência**

31/12/2013

• **Reabilitar 70% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional**

**Análise Situacional da Meta**

A Reabilitação Profissional - RP vem realizando ações de capacitação, tanto na modalidade presencial como Educação a Distância - EAD, com o objetivo de aprimoramento das competências das equipes e uniformização dos processos de trabalho. Foram realizados: Curso de Reabilitação Profissional, ocorrido no 1º semestre de 2013 na modalidade EAD, com a participação de Peritos Médicos e Analistas do Seguro Social; e capacitação em Mercado de Trabalho, realizada em maio de 2013, envolvendo as Superintendências Regionais.

Com a finalidade de atingir a meta prevista até 2015, o INSS elaborou o Projeto de Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a Reabilitação Integral. O sistema de informação da Reabilitação Profissional está sendo desenvolvido e tem por objetivo sistematizar os dados referentes à gestão e ao

aprimoramento do serviço de reabilitação profissional. Em novembro de 2013, o INSS foi designado “demandante prioritário” no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, fato este que permite a matrícula dos segurados em programa nos cursos profissionalizantes e técnicos que são disponibilizados nas redes de ensino Federal, Estadual e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Com essa medida pretende-se alcançar desafios maiores relativos à cobertura da RP. Conforme dados do Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional - BERP, em 2013, foram reabilitados 16.711 segurados.

#### **Quantidade alcançada**

47,6

#### **Data de Referência**

31/12/2013

#### **• Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB**

##### **Análise Situacional da Meta**

Nos últimos anos, diversos aprimoramentos nos mecanismos de controle e análise dos cálculos atuariais foram implementados, resultando em indicadores mais confiáveis de déficit atuarial. Esses aprimoramentos têm revelado um patamar diverso do anteriormente identificado para a meta, reforçando assim a importância da supervisão aos regimes próprios. Dentre as principais atividades relacionadas à supervisão realizadas em 2013, destacam-se: instituição da Portaria nº 21/2013 que introduziu diversos parâmetros a serem observados pelas avaliações atuariais dos RPPS, em especial, critérios para dificultar a redução do plano de custeio, para dar maiores garantias à implementação da segregação da massa de segurados, além de incentivar a constituição de fundos previdenciários integrados por bens, direitos e ativos; intensificaram-se as atividades de supervisão do equilíbrio financeiro e atuarial, com 994 análises dos Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA de 2013, além da emissão de 750 despachos referentes aos processos instaurados, que têm contribuído para os entes federados implementarem medidas para equacionamento do déficit; estudos em conjunto com o Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV, para identificar novas fontes de financiamento para os RPPS; acordos de cooperação técnica para o planejamento e estruturação de fundos de investimento a partir de ativos aportados pelo ente federado, para viabilizar o equacionamento do déficit atuarial, permitindo o cumprimento da meta atuarial, bem como obter liquidez dos recursos garantidores.

O Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS, que está em implementação, terá impacto decisivo para a sustentabilidade dos regimes, com vistas ao aprimoramento das bases de dados previdenciárias e o cruzamento com as informações do CNIS. Um fator limitador são as decisões judiciais concedendo o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP para os entes que não asseguram o equilíbrio do regime. Em 2012, o índice referente aos municípios alcançou 7,98% do PIB e dos Estados e Distrito Federal, 47,70%, conforme dados da DRAA em 21/03/2013. Em 2013, os números saltaram para 9,19% para os municípios e 48,82% para os Estados e Distrito Federal, total de 58,01% do PIB, dados extraídos em 16/01/2014.

#### **Quantidade alcançada**

58,01

#### **Data de Referência**

31/12/2013

#### **• Reduzir o déficit financeiro do RPPS da União para o máximo de 0,80% do PIB**

##### **Análise Situacional da Meta**

O projeto Sustentabilidade dos RPPS possui entre os objetivos apoiar e participar da reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPSU. Para alcançá-lo, o Ministério da Previdência Social desenvolve estudos técnicos e projeções sobre a situação do RPPSU, tais como: cenários de segregação da massa de segurados: elaboração

e participação em reuniões técnicas sobre o projeto de lei de reestruturação do regime, que contempla o conceito de capitalização solidária; criação de fundo previdenciário com bens, direitos e ativos de qualquer natureza; e a criação da unidade gestora única. Os esforços realizados têm permitido o controle do déficit financeiro do RPPS da União, que foi de 0,84% do PIB em 2013.

**Quantidade alcançada**

0,84

**Data de Referência**

31/12/2013

• **Reduzir o déficit financeiro dos RPPS dos Estados e DF para o máximo de 1,00% do PIB**

**Análise Situacional da Meta**

Os RPPS dos Estados, em sua grande maioria, apresentam elevados déficits financeiros, ou seja, as contribuições mensais devidas são insuficientes para o pagamento das obrigações com os benefícios. Assim, o foco do Ministério da Previdência Social tem sido a supervisão das segregações da massa, sendo que, com o novo Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasse - DIPR será possível aprimorar o monitoramento do cumprimento do plano de segregação, no tocante à separação entre as receitas e despesas de cada plano. Tem também como diretriz, a construção, em conjunto com o Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social - CONAPREV, de novas fontes de financiamento, e, em conjunto com os entes federados e com instituições financeiras estatais, soluções que, considerando a situação econômico-financeira de cada ente, possam identificar oportunidades de investimento e promover o equilíbrio do regime. A construção do cadastro dos servidores públicos, que está sendo implementada no âmbito do Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS, trará resultados bastante expressivos reduzindo o risco de pagamentos indevidos de benefícios. Também possuem grande reflexo para a sustentabilidade dos RPPS dos Estados, as alterações normativas em tramitação no Congresso Nacional, especialmente as propostas de emendas constitucionais. O grande fator que dificulta a atuação do Ministério da Previdência Social são as decisões judiciais que concedem o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP para os RPPS dos entes federados que não mantêm o equilíbrio financeiro e atuarial. Em 2013, o déficit (total de receitas anuais menos as despesas dos RPPS estaduais) correspondeu a 1,01% do PIB, em 2012 ele foi 0,76 do PIB, conforme dados dos Demonstrativos Previdenciários e Relatório Resumido da Execução Orçamentária –RREO, do Tesouro Nacional

**Quantidade alcançada**

1,01

**Data de Referência**

31/12/2013

• **Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial do RPPS da União para no máximo 30,0 % do PIB**

**Análise Situacional da Meta**

O Ministério da Previdência Social tem desenvolvido vários estudos para subsidiar propostas de reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores civis da União - RPPSU. As projeções de receitas e despesas do RRPS dos servidores civis da União e a avaliação atuarial do RPPS, contemplando dados dos órgãos e entidades de todos os poderes que são consolidados via Sistema Previdenciário de Gestão dos RPPS - SIPREV/Gestão. Na Avaliação Atuarial do exercício de 2013, com data base dos dados em dez/2012, o indicador foi de 26,25% do PIB, dentro da meta estipulada.

**Quantidade alcançada**

26,25

**Data de Referência**

31/12/2013

• **Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Estados e DF União para no máximo 50,0 % do PIB**

**Análise Situacional da Meta**

Diversas ações encontram-se em curso, tais como a celebração de acordos de cooperação técnica com o objetivo de

planejar e avaliar a criação de fundos de investimento ou oportunidades de investimento de interesse dos respectivos RPPS e os estudos e propostas legislativas de novas fontes de financiamento dos regimes, como forma de promover a sua sustentabilidade financeira e atuarial. Outra ação tem sido a supervisão das avaliações atuariais. Em 2013, mesmo em um cenário de volatilidade dos ativos financeiros, o índice apurado foi de 48,82%, dentro da meta proposta.

**Quantidade alcançada**

48,82

**Data de Referência**

31/12/2013

• **Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Municípios para no máximo 10,0 % do PIB**

**Análise Situacional da Meta**

O Ministério da Previdência Social estabeleceu novos parâmetros para os cálculos atuariais e intensificou as auditorias indiretas de Equilíbrio Financeiro e Atuarial dos Municípios, focando naqueles cuja última análise decorreu há mais tempo. Dentre as ações mais recentes implementadas, menciona-se: o projeto de modernização do CADPREV; o início do desenvolvimento do novo Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA; e no âmbito do Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS, a construção do cadastro dos servidores públicos, que trará resultados bastante expressivos tanto na gestão do passivo com a verificação de acumulações indevidas, óbitos e cumprimento do teto constitucional, quanto para o dimensionamento dos compromissos atuariais, por meio de uma base cadastral atualizada e completa. Destacam-se também os aperfeiçoamentos realizados nas auditorias dos cálculos atuariais, com foco nos compromissos e fluxos. Em 2013, mesmo em um cenário de volatilidade dos ativos financeiros, o índice apurado foi de 9,19%, dentro da meta estipulada.

**Quantidade alcançada**

9,19

**Data de Referência**

31/12/2013

• **Regulamentar a previdência complementar para o servidor público**

**Análise Situacional da Meta**

Foi estabelecida como meta para o quadriênio 2012-2015 a regulamentação da previdência complementar para o servidor público, que ocorreu ainda em 2012, com a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, com a publicação da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, autorizando a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar - EFPC, denominadas Fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário (Funpresp-Exe, Funpresp-Leg e Funpresp-Jud, respectivamente). Houve também a publicação do Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012, que criou a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), bem como estabeleceu a possibilidade de o Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União - na qualidade de patrocinadores de planos de benefícios próprios - celebrarem convênios de adesão com a Funpresp-Exe. Sendo assim, a meta foi cumprida.